

POLÍTICOS, ESCRITORES E UM TERRITÓRIO A INVENTAR: O RIO GRANDE DO NORTE COMO UMA INVENÇÃO (1902-1920)

Saul Estevam Fernandes¹

Nas escolas, desde cedo, somos apresentados aos mapas, tendo os professores por intenção, dentre outras razões, situar-nos em esferas maiores, para que, assim, possamos entender as características de cada lugar. Nessas aulas, os professores tentam nos “nortear” usando muitas vezes de elementos imagéticos e de contornos que lembrem símbolos cotidianos para que, assim, os alunos se localizem em espaços maiores. Quem nunca foi apresentado ao mapa da Itália como algo que lembra uma “bota” em meio ao confuso e dividido continente europeu?

Quem estuda nas escolas potiguares certamente um dia será orientado a localizar o Rio Grande do Norte no mapa do Brasil, sobretudo pelo uso do saber cartográfico ser indicado pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* nas disciplinas de História e Geografia. Acredite que o professor associará a forma física do nosso estado como elemento principal para o aluno localizá-lo e, assim, não confundi-lo com os demais. Provavelmente o professor dirá: “Lembrem-se, o Rio Grande do Norte é esse estado que se assemelha a um elefante mal feito!”.

Tal imagética é associada em uma série de discursos atuais, que vão desde literatura, textos jornalísticos, humor, até propaganda futebolística e governamental. A título de exemplo poderíamos citar os escritos do jornalista potiguar Nei Leandro de Castro, que começa seu livro, “As pelejas de Ojuara,” trazendo essa imagética. O autor afirma que o personagem principal, o Ojuara, nasceu em “um certo lugar do mapa, cujo contorno lembra um elefante mal-ajambrado”.

Já na imprensa ou em conversa com potiguares é comum localizar-se a partir de tal analogia. É o que acontece no site do município norte-rio-grandense de Portalegre, em que o mesmo é apresentado como aquele “*situado no Alto Oeste, na chamada região da Tromba do Elefante*”². Não satisfeito ainda com tal comparação, o texto ainda pergunta ao provável turista: “*já notou que o mapa do Estado do RN lembra um elefante?*”. Essa associação é tal presente que foi alvo até de brincadeiras em meio

¹ Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Aluno do Programa de Pós-Graduação em História – UFRN e Professor Substituto da Escola Agrícola de Jundiá – UFRN.

² Disponível em < <http://www.portalegre.rn.gov.br/site/noticia18.htm> > Acesso em 25 out. 2009.

aos internautas brasileiros. Segundo o site *Descicloplédia*³, afirmar que o mapa do Rio Grande do Norte “parece um elefante!” é delirar “estupidamente”. Tal relação comparativa também é usada pela torcida do time natalense ABC. Por meio do seu mascote, chamado “*elefantinho*”, a diretoria do clube alvinegro afirma que tal agremiação e torcida são as maiores dentro das fronteiras potiguares.

Como último exemplo, podemos citar a utilização dessa analogia pelo governo do Estado do Rio Grande do Norte, que, desde o ano de 2004, utiliza um elefante como símbolo de seu *Programa de Educação Fiscal (PEF)*, vinculado a Secretaria de Tributação. Este programa tem por intuito inserir o consumidor na fiscalização de possíveis fraudes cometidas por comerciantes no repasse de impostos. Desse modo, o Governo tenta com isso administrar todos os recursos gerados no Rio Grande do Norte, solidificando a arrecadação fiscal.

Por outro lado, a imagem do elefante relembra e reforça no imaginário social norte-rio-grandense a idéia de unidade e, sobretudo, de soberania do Governo Estadual junto à população, delimitando a *soberania* do estado potiguar dentro das fronteiras que formam um elefante mal feito.

Fronteiras que em dado período da história já foram contestados, haja vista que a delimitação do território cearense e potiguar durante muito tempo foi motivo de conflitos na coleta de impostos e na sensação de pertencimento da população de Grossos, hoje um município do Rio Grande do Norte.

Tal discórdia é apresentada em meio aos murmúrios da historiografia como o “Caso Grossos”, tendo por principal análise os escritos do *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN)* que, criado em 1902, tinha como um dos objetivos centrais o de resolver esse conflito. Desse modo, tal forma física não pode ser explicada pela *naturalização* das fronteiras, visto que estas foram delimitadas pelos homens com valores e representações de um tempo, com imagens, símbolos, discursos e afirmações de interesses dos grupos dominantes na política na época.

Se buscarmos os documentos coloniais, perceberemos que as disputas entre os grupos políticos dos, hoje, estados do Ceará e Rio Grande do Norte ocorriam desde o começo do século XVII. Tais conflitos se deram pela produção de sal na Capitania do Rio Grande, tendo em vista que a Vila do Aracati, hoje um município cearense, passou a ser grande produtora de charque, possuindo o monopólio nas capitanias do norte,

³ Disponível em http://desciclo.pedia.ws/wiki/Rio_Grande_do_Norte Acesso em 25 out. 2009.

necessitando, assim, do sal produzido da capitania vizinha para a fabricação da famosa “*carne do ceará*”. (BARROSO, 1962, p. 103-104)

No entanto, tal necessidade não podia ser suprida na medida em que os alvarás de 10 de outubro de 1755 e 7 de dezembro de 1758 determinavam o tombamento das salinas existentes no Brasil, garantindo que o sal das capitanias, hoje estados, do Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro – as únicas que produziam esse produto – não poderia ser vendido para outras capitanias com finalidade de ser usado em charqueados. Desse modo, por ser um comércio em expansão e por não poder comprar o sal da Capitania do Rio Grande, a Vila de Aracati sugeriu à Coroa a sua antiga pretensão de levar as fronteiras até a margem esquerda do rio Mossoró (MONTEIRO, 2007, p. 37).

Depois de uma série de requerimentos negados pelo governo metropolitano, uma Carta Régia de 1793 deu resposta favorável, sendo, em 1801, dado posse à Vila de Aracati o território solicitado. Porém, essas terras doadas não foram demarcadas, continuando em poder do Rio Grande. Inclusive os impostos colhidos e as votações para cargos eletivos que estavam dentro dos limites potiguares. Porém, os ânimos entre os dois poderes locais vão se exaltar em 1891, quando os deputados estaduais cearenses José Acioli e R. Arruda apresentaram um projeto de lei à Câmara do Estado elevando, em 1901, Grossos à vila e criando o município com o mesmo nome, pertencente agora a jurisdição cearense, aglutinando também “vários lugares que estavam na jurisdição do Rio Grande do Norte, como Tibau, Grossos, Boi Morto e outros.” A partir desse momento ocorreram protestos por parte do governador do estado do Rio Grande do Norte, assim como reação da população dos dois estados, que enviaram tropas militares para o termo criado. Mas logo a situação foi pacificada pelo Governo Federal que buscou, no arbitramento, resolver tal impasse, o qual foi solucionado quando os árbitros deram vitória parcial ao Ceará, em 1903. (MEDEIROS., 2001, p. 123)

Paralelo a esse movimento, em 20 de março de 1902, é criado o IHG-RN, que converteu-se em uma trina função de arquivo, biblioteca e museu, da qual partiria uma versão oficial da história do Rio Grande do Norte. Tendo por principal objetivo provar histórico e geograficamente que os limites contestadas pelos cearenses, na verdade, sempre foram dos norte-rio-grandenses. Assim, os estudos históricos desenvolvidos pelo IHG-RN se baseavam na “ciência” para “provar” as raízes e a formação do território potiguar.

Por trás do IHG-RN estavam alguns políticos importantes à época no Estado, podemos citar a título de exemplo o então governador Alberto Maranhão, o senador Pedro Velho e o deputado federal Henrique Castriciano, dentre outros políticos, intelectuais e juízes de direito. *Homens de letras*⁴ potiguares que, através da instituição, criaram uma série de rituais ligados ao civismo, como festas comemorativas em datas especiais carregadas de um forte valor sentimental, que mexiam com as emoções dos cidadãos. (FERNANDES, 2008)

Mas não somente as mentes e corações dos potiguares deveriam ser formados. Nesse sentido, por meio da defesa de Ruy Barbosa, como advogado do Rio Grande do Norte no “Caso Grossos”, os homens de letras tentava demarcar as fronteiras potiguares, pensando o Rio Grande do Norte como um espaço fechado, soberano e pertencente ao poder de mando do governador e dos seus apoiadores.

Assim, a partir da escrita da História, da organização de festas cívicas, da defesa de Ruy Barbosa no STF, a oligarquia dos Albuquerque Maranhão criou uma espécie de trama política, identitária e histórica para uma invenção do atual território norte-rio-grandense. Essa trama inventou o atual território do Rio Grande do Norte, um lugar no mapa que muitos identificam como um elefante mal feito, mas que tem por data de nascimento um tempo não tão distante de nós, datada de 17 de julho de 1920, quando o STF dá ganho de causa ao Rio Grande do Norte, reconhecendo a atual forma física do território potiguar. Dessa forma, podemos interpretar que tal trama demarcou corações e mentes de uma época, mas, acima de tudo, traçou fronteiras que nos marca e nos demarca, cotidianamente.

Portanto, é a partir dessa análise que temos por intuito estudar toda a trama criada pelos homens de letras potiguares com o intuito de demarcar as fronteiras a oeste do território ao seu favor, criando, assim, uma série de discursos, símbolos, imagens e rituais ligados a esse interesse, inventando e historicizando um território, demarcando fronteiras, corações e mentes.

Diante da apresentação e da importância do tema acima exposto, essa pesquisa virá contribuir com outro olhar no que diz respeito à construção identitária do Rio Grande do Norte, aspecto pouco estudado pela historiografia potiguar, as quais, ao nosso ver, carecem dessa abordagem.

⁴ Com base nos estudo de Gomes (1999), utilizaremos doravante esse termo para nos referir aos intelectuais que fabricavam o saber historiográfico no Estado Novo.

Em alguns estudos realizados prima-se pela apreciação de documentos e da escrita da história do IHG-RN, deixando de lado uma abordagem sobre as construções e as intenções de vários outros discursos. Isso faz com que esses estudos sejam estudos fragmentados e, talvez, simplistas para a importância e complexidade do tema. Ou, por muitas vezes se coleciona fatos, não os interpretando, como por muitas vezes não se desconstrói esses discursos, não percebendo os documentos como monumentos construídos com alguma intenção.

Como primeiro exemplo, podemos citar os escritos de algumas obras clássicas sobre a formação do território norte-rio-grandense, como o trabalho de Garibaldi Dantas (1979), Tavares de Lyra (1998), Tarcísio Medeiros (2001) e Câmara Cascudo (1984). Essas análises preocupam-se, sobretudo, em citar uma série de fatores econômicos e políticos da disputa entre os, hoje, cearenses e potiguares pelas salinas da região de Grossos, estando muitas vezes tais análises a somente compilar uma série de acontecimentos.

Já nos escritos do IHG-RN, os sócios, na época, primaram por uma escrita da história que pudessem “provar” a demarcação das fronteiras a favor do Rio Grande do Norte, primando-se pela defesa da naturalização das fronteiras e, contraditoriamente, pelo território ter sido constituído historicamente.

Até mesmo obras mais recentes tratam o “caso Grossos” de forma fragmentada, como, por exemplo, a monografia de Menezes (1997). Em seus escritos a autora, apesar de citar a importância do IHG-RN na defesa do território norte-rio-grandense, discute somente as escolas filosóficas que influenciaram a escrita da história dessa Instituição. Trabalho similar a essa análise é o de Lira (2008), que analisou as “tendências” historiográficas do IHG-RN. Porém, talvez, o lado mais importante dos escritos, que a historização das fronteiras e as intenções de inventar o território, é esquecido.

Outros estudos deixam pontos importantes dessa trama de lado, como, por exemplo, os festejos cívicos, os quais têm sido amplamente estudados como pontos importantes na construção de identidades e como, por meio delas, as elites detentoras de poder se afirmam. A exemplo disso, identificamos o trabalho monográfico de Costa (2004), no qual a autora discute a formação do território do Rio Grande do Norte através da disputa entre cearenses e potiguares, pecando, talvez, quando somente dá voz à defesa de Ruy Barbosa, esquecendo o IHG-RN. A autora compila fatos relacionados à defesa do STF, fazendo quase nenhuma referência ao trabalho realizado pelo IHG-RN.

Não interpretando o simbolismo criado pela instituição, a importância dos seus escritos e como esses símbolos foram relevantes numa construção imagético-discursiva na invenção do nosso território. Dito de outro modo, a autora somente dá voz à participação de Ruy Barbosa em tal defesa, esquecendo, assim, vários outros discursos.

Já a obra da professora Denise Mattos Monteiro, do Departamento de História da UFRN, que em sua terceira edição é considerada como a mais completa obra sobre a história do Rio Grande do Norte, a autora, de forma sucinta, cita a disputa entre os limites somente no século XVIII, silenciando toda a disputa que ocorreu até 1920.

Diante do exposto, a historiografia potiguar precisa ser enriquecida com uma análise em que o “Caso Grossos” seja percebido para além dos fatores econômicos e políticos, mas também cultural, no que tange aos discursos, símbolos, festejos, dentre outros.

Talvez tais justificativas, por si só, sejam válidas. No entanto, há outras duas que não podem ser silenciadas, tendo em vista que as vivências e a ligação com o tema de pesquisa é necessário. Nesse sentido, a partir de então nos preocuparemos em associar tal pesquisa com a subjetividade de quem se interessa por ela. E tendo a necessidade para tanto, gostaríamos de pedir licença nos cinco parágrafos que se segue para falar em primeira pessoa do singular, tendo em vista que tais justificativas não podem ficar na impessoalidade.

A primeira é minha formação acadêmica, já que é claro que meu pensamento é fruto de minhas vivências na UFRN, do contato com textos e da relação frutífera com o pensamento de dois professores: Durval Muniz de Albuquerque Jr. e Flávia de Sá Pedreira. O primeiro com sua “mania” e seu olhar inventivo, com seu “pensamento infame” e seus escritos que nos torna pensadores infantis (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 19). A segunda com o olhar festivo, comemorativo, discordante, desconstruidor, cheio dos porquês. (PEDREIRA, 2005, p. 21) Sem dúvida alguma, as visões pós-modernas desses dois professores tornaram-me um historiador e estudioso das discontinuidades. Com seus ensinamentos sobre cultura e poder pude estabelecer conexões, responder indagações pessoais e a passar a ver a história com um sorriso nos lábios, um sorriso cínico, discordante. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 183)

A última justificativa está ligada às minhas raízes e vivências em minha terra natal, Campo Grande-RN. Em 1903, a oligarquia Albuquerque Maranhão resolveu mudar o nome desse município para Augusto Severo. O objetivo da mudança era fortalecer o ideal republicano e de unidade estadual, uma vez que numa comunidade

chamada Serra de João do Vale, houve um movimento messiânico, em 1901. O temor de uma nova Canudos explica essa mudança. Assim, criei-me em uma cidade que tinha o nome de alguém que poucos conheciam, que não se identificavam. Por esse motivo, através de um plebiscito, em 1994, o município voltou a ter o seu nome original, quebrando com a imposição do governo estadual. Por esse motivo, sempre tive a curiosidade em pesquisar sobre a consolidação e afirmação do poder da oligarquia Albuquerque Maranhão na política estadual.

Lembro o quanto me sentia orgulhoso ao passar na frente da Câmara Municipal da minha cidade e ver a bandeira do meu município na qual uma listra branca ficava em meio a duas verdes, tendo em sua centralidade um balão dirigível e o nome “PAX”. O motivo desse orgulho foi a explicação de uma professora: ela disse que o inventor desse balão era respeitado na França, no “mundo civilizado”. Lugar tão longe e, para mim, naquele momento, inalcançável, já que para um interiorano ainda menino o mundo parece ser grandioso, sendo as conquistas desse potiguar em um lugar tão longe pra mim um fato fantástico.

Mal sabia que esses fatos eram usados, muitas vezes forjados, para inventar um território que hoje damos por sempre existente. Mal sabia de toda a trama que agora quero estudar. Mal sabia também que um dos fatos mágicos que me fez gostar de história ligaria minha raiz interiorana, meu sonhos de criança com os meus mais recentes sonhos de historiador.

Tais sonhos, hoje, tem por objetivo fazer com que os lugares se desnaturizarem, as fronteiras sejam desconstruídas e a longitude abandonada. Distância que, na atualidade, não traz os limites de quando era criança, tornando-me hoje num retirante do saber, como Augusto Severo quando foi um dia a Paris. Por ironia do acaso ou do destino, hoje meu objetivo e escolha é de uma cidade que corresponde às iniciais de minha terra natal. Assim, “CG” para mim agora portará mais um significado, além de Campo Grande, me trará à mente Campina Grande.

Temos por objetivo geral analisar os diversos discursos elaborados pelos homens de letras potiguares, vinculados ao IHG-RN, como uma trama/roteiro com finalidades claras: o de inventar um (novo) território no mapa do Brasil. Além de: 1) Analisar a importância da escrita da história e da historicização dos limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará feitas pelos sócios do IHG-RN como ponto fundante da invenção do atual território do estado; 2) Compreender o valor simbólico das festas cívicas, com encenações corporais, usos de estandartes, bandas de músicas e da

participação da população nessa prática sempre esquecida pela historiografia norte-rio-grandense. 3) Discutir a busca pelo reconhecimento na demarcação das fronteiras em favor do Rio Grande do Norte através do Processo no STF feita por Ruy Barbosa.

A satisfação desses objetivos não será possível sem um amplo levantamento e *análise documental* do material produzido no IHG-RN, desde a data de criação desse instituto até 1920, quando o STF deu ganho de causa à questão de Grossos ao Rio Grande do Norte. Além disso, não poderia deixar de utilizar os documentos redigidos por Ruy Barbosa, no qual argumenta a favor desse estado.

As revistas produzidas pelo IHG-RN e os arquivos do jornal “A República” serão de grande valor para o desenvolvimento da pesquisa. Nessas fontes, poderemos encontrar as percepções de história e de espaço norte-rio-grandense produzidos pelas oligarquias que dominaram o espaço político desse estado.

Para tal análise será necessário, além de revisão de literatura, a produção textual dissertativa seguirá um conjunto de conceitos que apresento a seguir.

Um ponto importante do nosso trabalho está no conceito de *trama*, que nos baseamos em Eduardo Said, estando ela calcada no que ele chama de representação teatral, já que na invenção taxonômica de territórios utiliza-se muitas vezes de tramas, como “dramas tecnicamente montados” por um dramaturgo. Assim, podemos pensar o IHG-RN, suas festas, a escrita da história e a defesa no STF como um imenso palco, com diversos discursos, imagens, heróis, estandartes, fatos e narrativas que se complementavam, unindo o político, o identitário e o histórico, criando assim a noção de espaço fechado, uniforme, comum a todas essas imagens.

Tal noção emprega-se à noção de Michel de Certeau sobre a *narrativa* como construtora de *espaços*, já que é a partir dessa construção imagética cotidiana sobre os territórios que se constroem fronteiras e delimitações de usos dos espaços através das “*operações de demarcação*”, uma vez que os “*contratos narrativos e compilações de relatos, são compostas com fragmentos tirados de histórias anteriores e ‘bricoladas’ num todo único.*” (CERTEAU, 2008, p. 201)

Tais narrativas estão ligadas ao que Michel Foucault conceitua como *discurso*, que é para ele, uma “*reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos*”. Assim, podemos trazer os diversos discursos dos homens de letras potiguares como símbolos que buscam forjar uma verdade, que visa conquistar aquilo que se buscava conquistar, o *poder* do qual queriam se apoderar. Nesse sentido, foi a partir de

diversos discursos que o território norte-rio-grandense passou a ser inventado. (2009, p. 49)

Ainda trataremos em nosso trabalho com o conceito de *invenção*. Tal análise está inserida nos novos conceitos epistemológicos das ciências humanas. Para Margareth Rago (1995, p. 67), a renovação é fruto do “efeito-Foucault na historiografia brasileira”, do qual podemos citar as análises de Albuquerque Júnior (2007), para quem invenção tem a ver a *descontinuidade, ruptura, diferença e singularidade*, fazendo com que os objetos, sujeitos e os espaços se *desnaturalizem*, passando a ser pensados como *fabricações/invenções* históricas, frutos de práticas discursivas que os *instituem*, os *recortam*, os *nomeiam* e os *classificam*. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, p.19, 2007)

Essas *fabricações* podem ser entendidas a partir do conceito de *representação*. Para isso usamos as análises de Roger Chartier (1998, p. 19). Para ele, representação é a “*revelia dos atores sociais que traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse*”. Desse modo, essas práticas representativas de vários discursos são, para nós, imagens, *símbolos*⁵, materialização do forjar de uma identidade.

No tocante ao termo *identidade*, conceituamos o mesmo como o significado do “*ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nosso lugares como os sujeito sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos ao quais se pode ‘falar’.*” As identidades são “*pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós*” (HALL, 2000, p. 109-110). Invocando uma origem que residiria no passado histórico com o qual deve manter correspondência, trazendo para nós uma negociação de rotas.

Tal processo ainda é feito pela negociação com o outro, com a exclusão desse outro, é para tanto que o potiguar se portava como diferente do cearense. A partir desse sentimento de diferença um se afirma perante o outro, um exclui o outro. Tal sentimento é o que François Hartog (1999) chama da *retórica da alteridade*. Tais relações criadas por um campo *fantasia* é uma construção calcada em um ato de poder e no uso e abuso do passado, na apoderação da memória.

⁵ De acordo com Pierre Bordieu o símbolo é um instrumento de conhecimento e de comunicação que torna possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social.

Memória que, apesar de pensarmos muitas vezes como faculdade individual, há, todavia, um certo número de pensadores que coincidem em afirmar que existe uma *memória coletiva* ou *social*⁶. Tal memória é sempre repassada e revivida pela sociedade e os núcleos que partilham um sentimento de passado comum. Nesse sentido, por muitas vezes, como já nos alertou Hall (2000), a apoderação do passado é por muitas vezes como elemento decisivo na construção de identidade, na invenção/fabricação de uma *tradição*. (HOBSBAWM, RANGER, 2002)

Connerton (1999) afirma que a necessidade dessa recordação é importante por nossa experiência do presente estar, em grande parte, em um conhecimento do passado. Sendo necessário que a sociedade o recorde por meio da escrita da história, mas, sobretudo, por meio das festas, dos espaços praticados, das relações de corpo. Assim, a partir da *apropriação*⁷ do passado se costura um tempo pretérito comum, tendo a partir desse passado um sentimento de união, se pensando, assim, a sociedade como única.

Tal pensamento é confirmado pelo estudo de Benedict Anderson (2008). Segundo o qual, é através desse passado e sentimento comum que a *comunidade se imagina*. Tal ligação é o ponto fundante de uma estabilidade política, da fabricação de uma nação. Dessa forma, utilizaremos o estudo desse autor para mostrar que a trama criada pelos homens de letras potiguares tinha por intuito forjar uma identidade para que a população se imaginasse unida, com um sentimento homogêneo de pertencimento. Por meio dessa apoderação se fabrica uma identidade, inventa-se um povo: o norte-riograndense. Nesse sentido, utilizaremos a apropriação da história e da memória norte-riograndenses como pontos fundamentais na invenção do elefante mal-ajambrado.

O pensamento de Michel Foucault também contribuirá com o seu conceito de *território*. Para ele, território “*é sem dúvida é uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder.*” (FOUCAULT, 2006, p.127) Como essa noção jurídico-política necessita de demarcações que circunscrevam a soberania do controle de “*um certo tipo de poder*”, trabalharemos ainda com o conceito de fronteira de Moodie (1965). Para ele, fronteira é uma noção contemporânea do Estado, sendo entendida como o “estabelecimento de

⁶ Podemos citar, dentre outros trabalhos, o de Maurice Halbwachs (2006), tendo em vista que o mesmo é o mais aceito no Brasil.

⁷ Entendemos por *apropriação* o conceito utilizado por Roger Chartier (2002, p. 68). Para o autor, tal conceito serve para compreender os usos e interpretações relacionando-os às práticas específicas que os produzem, dando atenção às condições e aos processos que sustentam as operações de construção de sentido. Para ele, é importante a observação do meio em que o indivíduo está inserido e sua dinâmica para que haja o entendimento de como são criadas e sustentadas as condições para a construção do sentido dado para a realidade.

limites bem definidos para sua área de soberania e organização.” (MOODIE, 1965, p. 83) Nesse sentido, podemos compreender a necessidade e a busca pelo reconhecimento e demarcação das fronteiras potiguares, já que só através dela o poder de mando desse território deveria ser respeitado.

Sobre as fontes, o contato com as mesmas será feito a partir de então, mas começou a ser dar no ano de 2006, na disciplina de Museologia, ministrada pelo Professor do Departamento de História Helder Viana. Desse modo, ao longo desse período de quase três anos, tenho buscado maturidade e conhecimento na indicação, seleção e leitura das fontes, tendo a certeza de um considerável número de documentos presentes, sobretudo, no IHG-RN.

Tais documentos são desde as Revistas do Instituto, que contêm a escrita da História dos seus sócios, bem como o Jornal “A República. A partir do uso dos mesmos poderemos analisar os diversos discursos projetados pelos homens de letras potiguares, tendo em vista que nesses documentos encontram-se impregnados da ideologia desses homens na busca do reconhecimento do seu poder de mando.

Tais fontes ainda se encontram próximas e com mais acessibilidade a meios digitais, já que a Biblioteca Central Zila Mamede possui todos os exemplares da Revista do IHG-RN, assim como o Núcleo de Estudos Históricos, Arqueológicos e Documentação (NEHAD) possui os jornais supracitados citados em meio digital, disponibilizando cópias de tal documentação aqueles que se interessarem, sendo a nossa pesquisa, assim, facilitada ainda mais.

Ainda pretendemos utilizar os relatórios do Governo, bem como os livros/artigos de Ruy Barbosa sobre o Caso Grossos, intitulados “Impugnação dos embargos do Ceará pelo Rio Grande do Norte”, “Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte” e “Razões Finais pelo Rio Grande do Norte – Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte”, que estão disponíveis no IHG-RN. A partir desses documentos podemos relacionar o trabalho feito com a população estadual na formação de uma identidade, além da busca do reconhecimento legal da demarcação de fronteiras.

IBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: Edusc, 2007.

_____. **Nos Destinos de Fronteiras**. Recife: Bagaço, 2008.

- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARBOSA, Rui. **Impugnação dos embargos do Ceará pelo Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Leuzingerm, 1908.
- _____. **Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte**. In.: _____. Obras Completas de Ruy Barbosa. Rio de Janeiro: DIN/MEC, 1954.
- BARBOSA, Rui. **Razões Finais pelo Rio Grande do Norte – Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1904.
- BEZERRA, Joana de Lira. **O Instituto Histórico do Rio Grande do Norte e a Institucionalização da pesquisa histórica no estado**. In.: OLIVEIRA, Almir Félix Bastista de; BRAZ, Emanuel Pereira; OLIVEIRA, Margarida Maria dias de. Anais do III Encontro Estadual de História. Natal: EDUFRN, 2008
- CASTRO, Nei Leandro de. **As pelejas de Ojuara: o homem que desafiou o diabo**. 4. ed. São Paulo: ARX, 2006.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Rio de Janeiro: Achiamé, Natal: Fundação José Augusto, 1984.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer**. 14 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- CHARTIER, Roger. **História cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1998.
- _____. **À beira da falésia**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. 2. Oeiras, Portugal: Celta Editara, 1999.
- COSTA, Rosa Maria de Araújo. **A questão de Grossos: a formação do território do Rio Grande do Norte e a Historiografia local**. Monografia. Departamento de História da UFRN, 2004
- DANTAS, J. Garibaldi. **Geografia econômica do Rio Grande do Norte**. Mossoró, Escola de Agricultura, 1979.
- ECO, Umberto. **Baudolino**. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.
- FERNANDES, Saul Estevam. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN) e a criação do Panteão Cívico Potiguar**. In.: OLIVEIRA, Almir Félix Bastista de; BRAZ, Emanuel Pereira; OLIVEIRA, Margarida Maria dias de. Anais do III Encontro Estadual de História. Natal: EDUFRN, 2008
- GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3 ed. Natal, 1998.
- MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da História do Rio Grande do Norte**. Ed. Tipografia Santa Cruz, 2001.
- MENEZES, Karla. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907**. Caderno de História. Natal, v. 3/4, n. 1/2, p. 41-57, jul./ dez. 1996; jan. / 1997
- MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. 3 ed. Natal: EDUFRN, 2007.
- MOODIE, A. E. **Geografia e política**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1965.

RAGO, Margareth. **O efeito-Foucault na historiografia brasileira.** Tempo Social; Ver. Sociol. São Paulo: USP, outubro de 1995. p. 67-82.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.